

Cidades em Territórios de Baixa Densidade:

Interfaces metodológicas e questões de investigação

Domingos Vaz

Universidade da Beira Interior, FCSH, DSoc | CICS.Nova & NECE.UBI
domingos@ubi.pt

Resumo:

O texto constitui uma reflexão teórico-metodológica, na forma de um ensaio prospetivo, para abordar os desafios trazidos à análise pelas cidades da região da Beira Interior de Portugal, contextualizadas nos denominados territórios de baixa densidade. Interrogamos a construção do estatuto destas cidades em que intervém a função de charneira que lhes é reconhecida na modelação de um sistema urbano de proximidade polarizado pelas cidades do eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco. O autor baseia-se em reflexões e trabalhos anteriores da sua autoria, assim como em outros trabalhos mais recentes, num esforço de conceptualização que pretende realçar a importância destas cidades que perspetiva como intermediárias e como sendo bons analisadores de transações sociais, enquanto lugares de reinterpretação e incidências relacionais entre o urbano e o rural em territórios extra-metropolitanos. No quadro teórico-analítico da transação social procura perspetivar questões de investigação vinculadas a esta tipologia de cidades e que podem sugerir diversificadas linhas para a pesquisa empírica, constituindo, por tal razão, uma via muito interessante para identificar interfaces metodológicas e diversas questões de investigação.

Key-words: Beira Interior de Portugal; Cidades intermediárias; Hibridismo urbano-rural; Territórios de baixa densidade; Transação Social.

Abstract:

The text constitutes a theoretical-methodological reflection, in the form of a prospective essay, to address the challenges brought to analysis by the cities of Beira Interior of Portugal, contextualized in the so-called low-density territories. We question the construction of the statute of these cities in which the pivotal function that is recognized in the modeling of an urban system of proximity polarized by the cities of the axis Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco. The author is based on reflections and previous works of his own, as well as on other more recent works, in a conceptualization effort that intends to highlight the importance of these cities that he sees as intermediaries and as being good analyzers of social transactions, as places of re-interpretation and relational incidences between the urban and the rural in extra-metropolitan territories. Within the theoretical-analytical framework of social transaction, it seeks to envisage research questions linked to this typology of cities and which may suggest different lines for empirical research, constituting, for this reason, a very interesting way to identify methodological interfaces and various research questions.

Keywords: Beira Interior region of Portugal; Intermediate cities; Urban-rural hybridism; Low density territories; Social transaction.

Introdução

Este texto procura contribuir para uma abordagem flexível e exploratória das cidades médias contextualizadas na região da Beira Interior de Portugal (Fig.1). Dentro de uma preocupação teórico-metodológica,

assumindo a forma de um ensaio prospetivo, interrogamos a construção do estatuto destas cidades em que intervém a função de charneira que ocupam na região, em particular a modelação de um sistema urbano de proximidade polarizado pelas cidades do eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco. Baseamo-

nos em boa parte em reflexões e trabalhos anteriores da nossa autoria, assim como noutros trabalhos mais recentes, num esforço de conceptualização renovado que pretende realçar a importância das cidades médias, que perspetivamos como intermediárias, em territórios de baixa densidade no debate nacional sobre o planeamento do território em Portugal.

Consideramos que estas cidades podem apresentar-se na sua condição de cidades intermediárias como bons analisadores das transações sociais, enquanto lugares de reinterpretção e incidências relacionais entre o urbano e o rural, por não se encontrarem na dependência direta dos interesses que dominam nas metrópoles. Neste quadro teórico-analítico da “transação social” que níveis de investigação vinculados a esta tipologia de cidades poderiam ser indicados como interessantes para a pesquisa empírica?

O artigo começa por contextualizar o território da região da Beira Interior de Portugal como integrando os denominados “territórios da baixa densidade”, assim definidos pelo Governo português para a implementação de medidas de diferenciação positiva no âmbito do programa “Portugal 2020”. São indicadores de problemas estruturais que, hoje, se reportam, essencialmente, não tanto a questões de isolamento geográfico, mas, sobretudo, a uma debilidade relacional dos seus atores institucionais e da sociedade civil o que tem consequências na sua organização coletiva para a cooperação e a inovação. Estão em causa as dinâmicas de mudança que atravessam estes territórios, tomados como um todo, onde estão com frequência copresentes elementos de urbanidade e de ruralidade, fazendo todo o sentido, por um lado, a discussão da disjunção entre o rural e o agrícola, em particular a centralidade que nela ocupa o conceito de pós-ruralidade; e, por outro lado, a polarização regional das principais cidades, as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco. Aqui prospetivadas na sua qualidade de cidades “intermediárias”, a partir de uma epistemologia que tem por referência a “sociologia do espaço” conceptualizada por Jean Remy (1928-2019), pela capacidade heurística que reconhecemos a estes conceitos para a análise destas cidades, e do seu funcionamento como núcleos dinamizadores das áreas envolventes

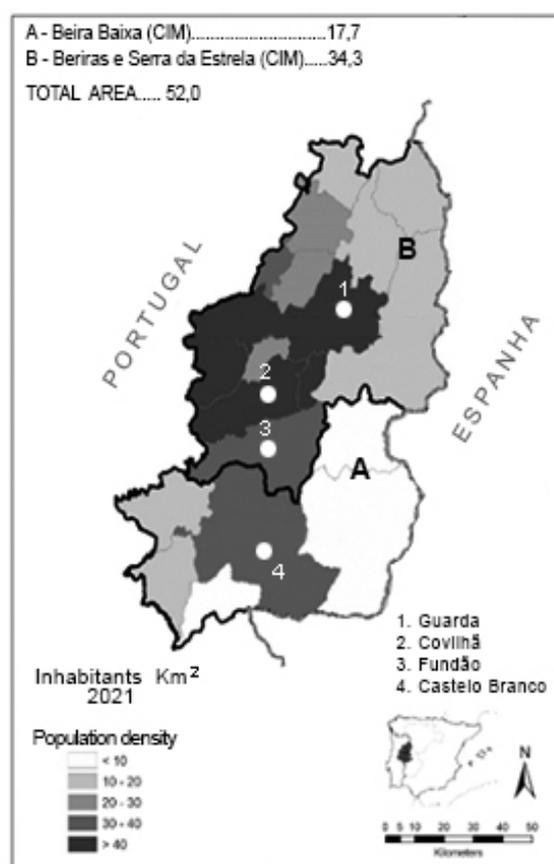
contribuindo para fortalecer a tendência à reversão das dinâmicas demográficas.

Em segundo lugar, dada a inserção destas cidades em territórios de baixa densidade, discutimos modalidades possíveis da sua interpretação (e ação) e destacamos os níveis de intermediação que sintetizamos e relevamos para esta escala de cidade tomando como referência a obra recentemente publicada (Vaz, 2022). Sabendo-se que a cidade articula níveis de constrangimento exógenos com idiosincrasias locais, que definem conjunturas sociais, económicas e políticas, que tanto podem impulsionar como exaurir os seus recursos, a concretização da ação pressupõe sempre jogos de atores, e na perspetiva da transação social a análise pode ser considerada a partir de diferentes tipologias de espaços (os micro-espaços da vida quotidiana, o espaço do bairro, ou a cidade como um todo enquanto lugar de geração de oportunidades e de constrangimentos) e de modos de apropriação (vida quotidiana, construção de modelos culturais ou de modos de vida). Ao mesmo tempo que se abrem possibilidades para o ordenamento territorial que enquadre as diversas modalidades de intermediação destas cidades nos territórios de baixa densidade-rede policêntricos. Seja a admissão de que intermediação urbano-rural intervem na produção do estatuto destas cidades assim se entrelaçando as relações urbano-rurais num hibridismo campo-cidade de possibilidade analítica muito interessante. Seja a valorização da intermediação interurbana incentivadora da cooperação, no fundo promovendo o policentrismo regional como fator de coesão e reequilíbrio do território. A estruturação de sistemas urbanos de proximidade contribui para a valorização partilhada de potencialidades e recursos e, em termos cognitivos, combate a ausência da perspetiva regional para pensar e criar oportunidades adequadas à dimensão geográfica dos problemas.

Em terceiro lugar, numa perspetiva aberta apresentam-se algumas questões de investigação suscetíveis de inspirar estudos, umas originadas da reflexão sobre as dinâmicas urbanas inscritas nestas cidades, adstritas à criação de funcionalidades tipicamente urbanas, outras valorizando as funções de intermediação que ultrapassam o papel tradicional de capitais “regionais” como foram encaradas as capitais de distrito.

Concluimos que as cidades da região da Beira Interior perspectivadas como “cidades intermediárias” permitem conceber possibilidades diversas de pesquisa para a compreensão do seu estatuto. Nesse empreendimento sustentamos que o recurso à “teoria transaccional” constitui uma via muito interessante para identificar “interfaces metodológicas e questões diversificadas de investigação” e enunciar uma gama rica de objetos empíricos de investigação.

Fig. 1 - Mapa da região da Beira Interior



Fonte: Elaboração própria.

1. Contextualização científica e territorial

Os “territórios de baixa densidade” constituem uma realidade muito comum no quadro urbano europeu, não só por uma grande parte da população europeia viver em cidades de média e pequena dimensão, como

também por estes territórios assumirem uma importância revalorizada para o futuro (geo) político, económico, ambiental e social do continente. Não admira que a sua abordagem teórico-analítica abra perspectivas de inovação conceptual e origine um amplo debate académico. Está em causa, em particular, a análise de regiões do Sul da Europa de países centralizados como Portugal, França e Itália que apresentam problemas estruturais de desenvolvimento em domínios que vão da regressão demográfica e envelhecimento da população, globalmente pouco qualificada, a um tecido empresarial com fraca capacidade empreendedora e de inovação, no quadro de diversidade e dinamismo institucionais incipientes pelo menos no caso português. A interpretação destes fatores é importante para a abordagem a adotar, seja na escala territorial de análise, na construção de variáveis que vão além dos limites convencionais apresentados por indicadores demográficos, integrando perfis territoriais, de estrutura de povoamento, socioeconómicos e de acessibilidade (Bento *et al*, 2021), seja na discussão de como “densificar” estes territórios considerando que a baixa densidade não é apenas demográfica e económica, mas também de protagonistas, e de instituições (Ferrão, 2016; Vaz & Jordi, 2018).

Em Portugal a denominação de “territórios de baixa densidade” surge da classificação definida pelo Governo português em 2015 para a implementação de medidas de diferenciação positiva nos territórios abrangidos pelo programa “Portugal 2020”. Para o efeito foi adoptada a proposta da Associação Nacional dos Municípios Portugueses baseada numa abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território e socioeconómicas e as acessibilidades (Cf. ANMP). No caso da Península Ibérica, quase todas as zonas do interior, salvo raríssimas exceções, passaram por um processo de marginalização; isto aconteceu de forma mais evidente em Portugal, mas também, em circunstâncias mais complexas, em Espanha ainda que neste País a expressão “territórios de baixa densidade” não seja de uso corrente, mas é aplicável a uma boa parte do seu território. Uma característica comum reporta às condições históricas de

subdesenvolvimento nestes territórios de carácter periférico relativamente aos centros de decisão nacionais (Vaz e Lalana, 2020).

Importa, no entanto, sublinhar que hoje o problema nos ‘territórios de baixa densidade’ não será tanto de subdesenvolvimento e ainda menos de isolamento geográfico. A questão crítica muito deve à debilidade relacional de atores que se traduz numa incapacidade de os (poucos) atores existentes se qualificarem e se organizarem coletivamente, partilhando esforços e informação, produzindo conhecimento, estimulando inovações. Pelo que a condição do seu desenvolvimento muito dependerá da forma de como “organizar nestes territórios processos de mudança, de inovação, de qualidade de vida, de criação de emprego que permita uma vida digna para as pessoas que aí estão e não a continuação de perda de população, o crescente envelhecimento” (Ferrão em Lifschitz, 2016: 83; Ferrão, 2018). No pressuposto de que a sua valorização socioeconómica numa base sustentável é conseguida através da promoção da sua multifuncionalidade distintiva, e a análise do “capital territorial” pode facilitar o entendimento integrado destas questões. O “capital territorial” remete para os elementos constitutivos da riqueza do território (atividades, paisagens, património, conhecimentos, etc.) na perspetiva não de um inventário quantificado, mas sim na busca de especificidades que podem ser valorizadas (Vaz & Jordi, 2018).

A disjunção entre o rural e o agrícola merece ser reavaliada. Sobretudo as teses que propõem a admissão da noção de “pós-ruralidade” como correspondendo a um estágio evolutivo posterior à ruralidade, como é comum na literatura académica de língua inglesa para descrever a prevalência do rural não agrícola (Hopkins e Murdoch e Pratt em Silva, 2014). Estão em causa as dinâmicas de mudança que atravessam os espaços rurais, indissociáveis da proliferação dos fatores de urbanização que não se generalizam de modo uniforme, não só porque o próprio processo de urbanização não é homogéneo – por exemplo, a influência de uma pequena ou média cidade sobre o espaço rural não produzirá ao mesmos efeitos de uma metrópole ou grande cidade – como, também, porque as próprias comunidades rurais acionam diferentes formas de

apropriação daquele processo, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam de natureza socioeconómica, cultural ou ambiental (Vaz & Lalana, 2020), e que a proposta exploratória de pós-ruralidade, enquanto reconstrução da ruralidade, apresentada por Zhifei, Jinchao e Chenchen (2021) ilustra.

Independentemente do declínio e das transformações das atividades agrícolas, o mundo rural tem vindo a ser convocado a satisfazer novas funções como a preservação de recursos naturais e ambientais e a conservação de tradições e patrimónios (cultural, histórico, etnográfico, arqueológico, paisagístico, etc.), a produção de agricultura biológica e produtos locais, e o turismo, permitindo convocar novos atores para o processo de desenvolvimento rural, em resultado do alargamento das funções consignadas a estes territórios. Neste sentido esta discussão deverá acolher, igualmente, a expressão «novas ruralidades» de origem na geografia de língua francesa (Silva, 2014) que abre para a noção de espaços multifuncionais, onde as atividades de produção coexistem com as atividades de consumo e lazer.

Na interpretação das cidades localizadas nestes territórios assumem significado as características de uma urbanização *in situ*, pelos vínculos territoriais historicamente sedimentados, mas também a discussão em torno de uma política de ordenamento que enquadre as diversas modalidades de intermediação destas cidades contextualizadas nos territórios-rede policêntricos e da “pós-ruralidade”. Tomamos estes territórios, como um todo, onde estão com frequência copresentes elementos de urbanidade e de ruralidade que intervem na reconfiguração de novas territorialidades e modos de vida das suas populações e que só o escrutínio analítico evidenciará nas suas particularidades espaciais e temporais; em que as suas cidades, na qualidade de cidades intermediárias, funcionem como núcleos dinamizadores de áreas envolventes e contribuem para fortalecer a tendência à reversão das dinâmicas populacionais e económicas negativas que têm caracterizado estes territórios nos últimos decénios.

Consideramos ser oportuno defender que estes “territórios de baixa densidade” constituem realidades

que reclamam abordagens inovadoras no plano teórico-analítico ultrapassando conceitos vinculados a categorias rígidas do “urbano” e do “meio rural”, com os seus domínios de investigação empírica estanques. Desta forma ficaremos melhor habilitados a interpretar de modo substantivo as transformações contemporâneas que não deixam de reconfigurar os velhos problemas e de colocar aos diferentes actores desafios que não se superam com soluções meramente ensaiadas do passado. Hoje existe uma muito maior interdependência entre as escalas espaciais o que já em si é uma condição para repensar conceitos e instrumentos de actuação. Assim como existem pulsões territoriais diferenciadoras, por vezes, contraditórias em cujas dinâmicas estão subjacentes várias temporalidades que se cruzam com as várias escalas de espacialidade defrontando os nossos próprios esquemas mentais de interpretação. A verificação de processos, trajetórias e fluxos que resultam de efeitos produzidos por cada um dos níveis de escala, e que interagem entre si, articula-se com a ideia de “territórios de transação” criando manifestações de problemas e exigindo soluções específicas.

Parece-nos, portanto, ser muito interessante discutir as transformações de base espacial e a partir de uma problematização da noção de cidades médias como “cidades intermediárias” (Vaz, 2022) e acolher como virtuosa a “sociologia do espaço” conceptualizada por Jean Remy focando o esforço interpretativo na possibilidade de verificação de gradações e hibridismos entre urbanidade e ruralidade, ou seja, de “transações sociais” na análise de situações objetivas da vida quotidiana.

Podemos considerar a atuação de possibilidades diversificadas de intermediação territorial aqui entendida como possibilidade de transação social, e que se traduzem na construção do estatuto destas cidades que enquadram os territórios de baixa densidade interiores. A escala local constitui um dos elementos intervenientes na compreensão da função de intermediação e do conceito de transação social. Contudo, ao nível de cada um dos fenómenos suscetível de ser eleito para a análise, diferentes escalas podem estar em jogo e produzir efeitos relevantes.

2. A cidade em áreas de baixa densidade

Em termos teóricos a cidade pode ser entendida como um sistema social, um sistema social inteiro e completo (Mela, 1999), fazendo sentido entendê-la como uma “totalidade” que integra diversos subsistemas especializados de relações económicas, culturais e políticas; assim como âmbitos de atividades e dinâmicas tipicamente urbanas ou ligadas a um dado contexto regional específico. Estamos perante a estruturação de um domínio de ação que articula níveis de constrangimento exógenos com idiosincrasias locais definindo conjunturas sociais, económicas e políticas, que impulsionam ou exaurem recursos e possibilidades singulares de ação sinérgica dos atores locais. A concretização da ação pressupõe sempre jogos de atores cuja interação pode ser muito interessante nesta tipologia de cidades, nomeadamente interrogar se o local é mais próximo ou mais clientelista ou escrutinar se as políticas de governança e de participação tentadas para as cidades médias são mais próximas ou mais distante se corporativas? Parece-nos interessante e oportuna a discussão se estas tipologias de cidades apresentam características singulares para assegurar uma participação alargada de atores individuais, coletivos e/ou institucionais na edificação de estratégias de reanimação, onde a segregação socio-espacial também não está ausente, embora não atingindo as proporções das grandes aglomerações onde se verificam processos de exclusão de largos segmentos dos que aí habitam e trabalham. Admitindo nós que estas cidades podem potenciar a construção efetivamente de “lugares” como marca de estabilidade e de segurança ontológica dos sujeitos e erigir territorialidades, combinando, ao mesmo tempo, uma morfologia física e uma teia de relações humanas. No sentido contrário à noção de “não-lugar” de Marc Augé, que remete para a classificação de espaços indiferenciados sem memória nem história, os quais limitariam drasticamente o germinar da cidadania.

No modo contemporâneo de “fazer” território temos, hoje, o modo digital em afirmação crescente, muito distinto do modo convencional de ocupação do território (Covas, 2021). Se no modo convencional temos a ideia de uma cidade verticalizada onde o poder está

centralizado e domina a cidade, prevalecendo o universo dos equipamentos, das infraestruturas e dos serviços públicos, no modo digital o código algorítmico adquire tendencial centralidade na cidade, agora mais horizontalizada com o poder partilhado dispensando, até, em certas condições, a intermediação das autoridades públicas. Tendencialmente caminha-se para uma cidade baseada em plataformas públicas, privadas e cooperativas, certamente ainda em estruturação e à procura de uma base colaborativa de entendimento. Estas plataformas, os algoritmos e os aplicativos, defrontam duas realidades distintas mas complementares: as atividades *in situ* de presença física direta e as atividades *ex situ* de controlo e monitorização à distância; pelo que os planos da observação-ação passam a enquadrar estes dois domínios de atividades, em que a realidade *in situ* se reporta ao espaço cognitivo da comunidade local, e às dimensões das sociabilidades e da comunicação, crescentemente desafiado pelos novos dispositivos digitais da nova linguagem codificada da inteligência artificial, a internet dos objetos (Covas, 2021). Neste novo cenário consideramos essencial o contributo das redes de conhecimento, as redes de ciência-investigação, as redes de cooperação empresarial, as redes de inovação social, as redes ligadas à ecologia, que podem funcionar como plataformas digitais colaborativas no desenvolvimento de cidades inteligentes e criativas.

Mas por definição uma cidade é *per se* sempre um “cenário” de observação-ação tanto da sua constituição diacrónica como das mutações mais recentes. Aguçando o interesse para a compreensão dos problemas que na atualidade as cidades enfrentam, da digitalização e da sustentabilidade ecológica, à participação cidadã reinventada ou à redefinição do interesse coletivo no sentido do bem comum e à distribuição equitativa dos recursos existentes. Na perspetiva da transação social a análise sociológica pode ser considerada a partir de diferentes tipologias de espaços (os microespaços da vida quotidiana, o espaço do bairro, ou a cidade como um todo enquanto lugar de geração de oportunidades e de constrangimentos) e de modos de apropriação (vida quotidiana, construção de modelos culturais ou de modos de vida).

3. Hibridismo campo-cidade

Não há dúvida que a organização espacial é hoje fortemente influenciada pelo fenómeno urbano que estrutura as lógicas fundamentais de produção e reprodução das sociedades e territórios. Se aceitarmos, a partir de Remy e Voyé (1994), que os processos de urbanização transformam as sociedades contemporâneas de forma dinâmica ao integrarem a mobilidade espacial na vida quotidiana, acresce a complexidade do encargo analítico de perscrutar as transformações territoriais, mas resulta uma análise mais rica ao acolhermos tanto as características históricas e estruturais das realidades concretas como as especificidades organizativas e culturais vistas numa perspetiva sistémica.

Assim, parece-nos ser consensual admitir que próprio processo de urbanização não é homogéneo nem os seus fatores se generalizam de modo uniforme, pois ele está dependente dos contextos sociais e económicos em que é produzido – por exemplo, a influência de uma pequena ou média cidade sobre o espaço rural não produzirá os mesmos efeitos de uma metrópole ou grande cidade. Assim como consideramos que a própria ruralidade hoje só ganha sentido se pensada em relação com este processo mais geral de transformação no âmbito de uma reinvenção de um modo de vida cada vez mais universal.

Na própria produção do “estatuto” destas cidades de menor dimensão intervém a intermediação urbano-rural que ultrapassa dicotomias clássicas e que atua na integração, tanto sectorial (agrícola, da indústria e dos serviços) como territorial (litoral e interior, rural e urbano), promovendo relações mutuamente benéficas. Também as novas formas de fazer território por via de aplicativos digitais estarão associadas a georreferenciações diferentes, bem como a sociabilidades e comunicações mais intangíveis e virtuais. O Covid-19 já levou a reconsiderar a concentração e as mobilidades, com impacto na ocupação do território, mas o futuro está em aberto.

Ganha, assim, força a ideia de que em territórios de baixa densidade, como os aqui abordados, tem relevância trabalhar uma visão integrada, uma visão que

integra o urbano e o rural, na perspetiva do desenvolvimento territorial. Os centros urbanos aí localizados favorecem a dinamização dos espaços rurais, tanto para a atividade económica como para a satisfação das necessidades das populações. Os espaços rurais estão carenciados de um conjunto de serviços que tradicionalmente se encontram nas cidades e, convém sublinhar, que a própria ideia de um mundo rural crescentemente multifuncional atua nas relações urbano-rurais. A valorização e proteção da natureza, a procura de autenticidade ligada à preservação do património histórico e cultural, a mercantilização da paisagem decorrente das atividades do turismo e do lazer, são realidades que convergem, a nível simbólico e do discurso político, na ideia de que é na procura urbana que parece residir o essencial da evolução futura das áreas rurais. Dado o inevitável declínio da agricultura com implicações profundas na reavaliação do papel dos espaços rurais na organização dos territórios e, consequentemente, na própria conceptualização das relações entre a cidade e o campo.

Assinalamos a copresença nestes espaços rurais de elementos de urbanidade e de ruralidade que se projetam na espacialidade e na temporalidade das gerações e dos modos de vida das suas populações residentes ou flutuantes. Pelo que importa sublinhar a valorização e hibridação dos modelos de produção, consumo e qualidade de vida, polarizados por referenciais urbanos e rurais, que podem ser constituídos, interactivamente, baseados em recursos endógenos, materiais e imateriais, e estimulando a criatividade e a cultura. São disso interessante exemplo os casos das aldeias de Janeiro de Cima (Município do Fundão) e de Idanha-a-Velha (Município de Idanha-a-Nova). Na primeira estamos perante uma transformação em que os protagonistas locais e dirigentes municipais encetam políticas de tematização da especificidade cultural, da “tradição” da aldeia, e anuncia-se um novo modelo social e económico territorial de alcance supramunicipal, gerido pela ADXTUR (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto), numa governança entre municípios e entidades privadas, visando a promoção de Janeiro de Cima em conjugação com a dinamização da cultura, das artes e dos ofícios tradicionais, característicos das aldeias que integram a Rede das Aldeias de Xisto. Enquanto na aldeia

histórica de Idanha-a-Velha é erigida uma estratégia de cunho patrimonialista tendente a assegurar a atratividade local através da criação do festival “Música fora do lugar”, um evento internacional de músicas antigas incluído na participação da Vila de Idanha-a-Nova na Rede de Cidades Criativas da Música/UNESCO.

Em termos teórico-analíticos a intermediação urbano-rural é interessante para explorar todo um leque de gradações, intersecções e transações entre urbanidade e ruralidade; entrelaçando a abordagem num mesmo esquema analítico, como aquele que a “transação social” oferece. Tendo por inspiração a perspetiva da mutualização dos “bens comuns” a estruturação da região-cidade, ou seja, de uma rede de cidades e vilas apresenta-se como decisiva para a reabilitação das áreas naturais e das aldeias rurais mais remotas, através da partilha de recursos escassos disponíveis, do estímulo das economias de aglomeração e proximidade, podendo oferecer um leque muito variado de serviços comuns como os serviços ambulatoriais, assegurando uma melhor gestão e regulação territorial.

4. Policentrismo regional

Tomando como referência o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2019), que apresenta o sistema urbano da Beira Interior, registamos o fomento do policentrismo regional através do estímulo da cooperação interurbana e rural-urbana como fator decisivo de coesão e reequilíbrio destes territórios de baixa densidade do interior do País. Para isso é decisivo o apoio à estruturação de sistemas urbanos de proximidade para a valorização partilhada de potencialidades e recursos, promovendo uma organização territorial com o policentrismo a assumir dois aspetos complementares. Por um lado, a morfologia relativa à distribuição das áreas urbanas num dado território, e, por outro, as relações entre áreas urbanas envolvendo redes de fluxos e redes de cooperação.

De acordo com o nosso argumento, e de modo diverso de aglomerações urbanas radiais em direção às periferias suburbanas e rurais, preconizamos uma

configuração mais policêntrica, com mais cidade no campo e mais campo na cidade, onde o elemento natural/rural é parte constituinte e estruturante da rede urbana, tirando partido das plataformas colaborativas da economia digital.

As relações entre as cidades da região têm sido desenvolvidas pelo sistema de mobilidade (casa-estudo, casa-trabalho, casa-comércio e serviços) que estrutura dinâmicas intermunicipais, espaços de relacionamento interurbano, além de intraurbano e urbano-rural. A centralidade da Cova da Beira tem efeito polarizador das cidades nos respetivos municípios que no caso de Castelo Branco e da Guarda se traduz por significativos valores percentuais das deslocações pendulares internas. Enquanto a Covilhã e o Fundão registam as trocas de movimentos pendulares mais elevadas em termos municipais. Esta caracterização configura uma realidade de interdependências que valoriza a escala interurbana e regional (Vaz, 2013).

Temos vivido um quadro societal de intensificação das mobilidades e estas introduzem novas lógicas como evidenciado nos trabalhos seminais de John Urry (2001). Perspetivamos as cidades médias como podendo funcionar enquanto âncoras para o desenvolvimento regional, promovendo a ligação entre o urbano e as áreas (pós-) rurais além de ações conjuntas *win-win* entre atores sociais dos diversos núcleos que formam o território “pós-rural” policêntrico, como temos defendido (Vaz e Jordi, 2018), e que apresentam novos desafios para as políticas públicas dadas as novas relações de poder (Battaglia *et al.*, 2015; Couto, 2014; Bell & Jayne, 2006).

Neste domínio caberia aos agentes do poder político e institucional o papel instrumental facilitador das dinâmicas que no terreno a sociedade vai construindo. A ausência da perspetiva regional com ousadia para pensar e criar oportunidades consistentes reduz a própria dimensão geográfica dos problemas e das possibilidades de desenvolvimento.

Concomitantemente estes territórios ao terem levado muito longe as linguagens administrativas e corporativas, verticais por natureza, isso trouxe dificuldades acrescidas de comunicação lateral e recíproca entre

municípios vizinhos. A cidade em rede sob a forma de região-cidade (como dizem os economistas) pode assegurar o enquadramento apropriado para a definição e a provisão de bens comuns cooperativos e colaborativos. Enquanto conceito territorial de organização intermédio fornece uma escala mais apropriada que ajuda a estruturar a sociedade tendo em vista mais proximidade comunicativa, e transdisciplinar, para o entendimento das várias linguagens em presença.

5. Discussão

Na atualidade sublinhamos a necessidade de articular uma visão ecossistémica, em linha com a defesa do meio ambiente e a valorização das culturas locais numa escala macro ou meso ligada ao planeamento dos “espaços” urbanizados com formas de intervenção, muitas vezes informais e pouco estruturadas, dos agentes sociais na sua pluralidade incluindo os que se situam num plano de desigualdade no acesso partilhado aos recursos.

Uma epistemologia que inspira linhas práticas de ação é a teoria transacional de Jean Remy que nos leva a enfatizar que o problema está na tensão entre “territorialidade de rede” e a “territorialidade de zonamento”, sendo importante os lugares trabalharem a multifuncionalidade para deste modo obterem uma maior variedade de redes relacionais, como condição para a geração de um sentimento de pertença, necessariamente com consequências não só nas formas de apropriação individual, mas também no investimento social e coletivo na vida local. Uma “territorialidade de rede” entendida numa lógica de transação menos arborescente, promovendo um sentimento de pertença “real” e criador de uma vida urbana menos predadora para o meio e geradora de maior igualdade no acesso aos recursos.

Tem sentido investigar sobre as estratégias de desenvolvimento local e investimentos que têm vindo a ser prosseguidas e aplicados por autarquias, atores empresariais e universidades e politécnicos nestas cidades e territórios. Por exemplo, a análise dos Planos Estratégicos dos principais municípios urbanos pode ajudar a ilustrar o tipo de opções políticas que têm vindo a

ser desenhadas. E quanto ao papel das Instituições de Ensino Superior, muito significativo na geografia da inovação, é sabido que elas ajudam a criar perfis mais abertos e multifuncionais nas cidades. Será interessante a geração de projetos de pesquisa tanto quantitativa como qualitativa dos impactos sociais, espaciais, económicos e culturais derivados do processo de estudantificação verificado em algumas das principais cidades médias destes territórios de baixa densidade. E no plano da sociedade civil o que poderemos concluir dos movimentos associativos de base territorial? No fundo, e envolvendo atores públicos, privados e associativos, como caracterizar a colaboração interinstitucional e intermunicipal, a participação em redes de cooperação ou o estabelecimento de parcerias e de alianças estratégicas ao nível regional?

As cidades da região podem apresentar-se como lugares de reinterpretação e de incidências relacionais entre o urbano e o rural, na sua qualidade de cidades intermediárias. Como é o caso que aqui ilustramos com a instalação de *shopping centers* cópia do grande centro comercial da metrópole no desenho, nos serviços e na estética, entendidos por vezes como “ilhas pós-modernas”, e que se tornam em cenários de análise sociológica muito interessante neste contexto. A função que os define a par da capacidade de atração sobre um território alargado são condição para nele convergir uma pluralidade de públicos de origem tanto urbana como rural, distinguindo-se dos espaços mais uniformes ou segmentados de uma pequena cidade. Como é feita a apropriação do *shopping center* enquanto lugar de trocas sociais e de consumo, mas sobretudo enquanto espaço de lazer, e em que a população rural, como a de cidades próximas, é cooptada para usufruir de um equipamento central na simbologia e no quotidiano urbanos? Suscitará a sua observação questões sociologicamente pertinentes e de recorte urbano-rural para diferentes grupos sociais, em termos de possibilidades e constrangimentos?

Hoje o papel de intermediação que é atribuído a estas cidades aprofunda e ultrapassa o papel tradicional de capitais “regionais” como foram encaradas as capitais de distrito. A análise dos movimentos pendulares quotidianos merece especial atenção para o conhecimento das relações intermunicipais, entre espaços de

relacionamento intraurbano, interurbano e urbano-rural. O que poderemos extrair desta informação, o que poderá a sua análise evidenciar em termos de interdependências funcionais e áreas de influência? E que novos modelos de mobilidade podemos perspetivar para responder à organização territorial policêntrica, dada a sua importância para uma agenda de sustentabilidade e de resiliência às crises sanitária e climática? A adequação dos meios de transporte às condições de acessibilidade e mobilidade dos cidadãos mais desfavorecidos pode ser complementada através de serviços ambulatoriais, em particular aos lugares mais remotos de cada município.

Num outro plano analítico, em que medida as dinâmicas urbanas inscritas nestas cidades (adstritas à criação de funcionalidades tipicamente urbanas como os *shopping centers* mas não só) produzem suburbanidades paralelas a quaisquer outras e a fazer com que as pequenas e médias cidades abandonem características socio simbólicas originais e as morfologias singulares que as tipificavam? Poderemos falar na edificação de fronteiras entre o que é central e o que é periférico, o que teria um efeito necessariamente diferenciador entre “quem são os da cidade” e quem são os “periféricos”? O território está cheio de significados em que as marcas do tempo e das populações que os apropriam se acumulam. Então que particularidades encontramos nas cidades de menor dimensão, afetadas por dinâmicas de urbanização mais “suavizantes”, como se representam os seus habitantes, que imagens produzem de si e dos outros? Como podem estas populações que são depositárias das tradições locais fazer delas uso estratégico? Ainda é possível detetar nas suas unidades socio espaciais combinações entre identidade e memória, passado e futuro?

Acresce que falar no momento atual de transformação urbana nos leva aos desafios decorrentes das tecnologias de informação e comunicação utilizadas nas cidades e das suas implicações (Schonardie, Bedin & March, 2022; Donadio, 2020; Bosch, 2017; Patricia, 2017). Destacamos o debate de capital importância focalizado nas relações entre *smart city*, sustentabilidade ecológica e democracia. As “cidades inteligentes” podem ser consideradas uma alternativa convin-

cente para a construção de uma sociedade mais sustentável e democrática? Em tempos de crise democrática, sanitária e ecológica podem as “cidades inteligentes” gerar cidades inclusivas e abertas à participação cidadã? Acentuar-se-á o modelo com foco em soluções tecnológicas que atendem sobretudo aos interesses empresariais? Ou haverá uma transição para modelos alternativos e socialmente inclusivos que priorizem as necessidades dos cidadãos? Refletindo em termos de oportunidades que a crise sanitária criou ou despertou, que mudanças de aprofundamento paradigmático podem ser perspetivadas? Estes podem ser lidos como problemas de pesquisa, sendo essencial a questão de saber se as *smart city* serão capazes de reinventar o espaço urbano a partir de premissas democráticas e constituírem-se em atores políticos para a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Os momentos sociais e territoriais críticos abrem possibilidades para promover modelos alternativos, em que o conceito de cidade inteligente se combine com uma mudança de paradigma, e agregue iniciativas focadas na cidadania e na inclusão social, trabalhando a noção de soberania tecnológica em que a tecnologia é orientada para servir o bem comum. A mudança paradigmática é, de facto, um imperativo para repensar as dinâmicas sociais e económicas no pós-Covid19. O momento global marcado pela pandemia, para Bruno Latour (2020), evidenciou a possibilidade de frear o “trem do progresso”, ou seja, de reduzir a intensidade de produção e consumo intrínsecas ao processo de globalização. Este autor defende o uso da imaginação para perspetivar alternativas de modo a aproveitar a oportunidade de repensar hábitos e de imaginar práticas que atuem como barreira a este modo de produção. Também Harvey (2020) reforça a mesma linha de raciocínio, ao defender que a crise sanitária atingiu uma espiral de crescimento e de expansão intermináveis do modelo consumista, argumentando que o projeto neoliberal nas últimas quatro décadas deixou a esfera pública exposta e despreparada para enfrentar uma crise com tais dimensões. Existe, seguindo estas linhas de pensamento, um imperativo para impulsionar cidades mais inteligentes, inclusivas e sustentáveis, inspiradas em novos imaginários urbanos. A tecnologia digital pela lógica colaborativa pode e deve ser um

fator de cidadania e os agentes públicos do urbanismo municipal e nacional precisam de acolher os movimentos de uso das novas tecnologias de forma colaborativa, nas cidades e vilas dos territórios de baixa densidade, em rede, e nos aglomerados rurais que tendem cada vez mais a ser híbridos do urbano/rural.

Conclusão

A problematização das cidades médias como cidades intermediárias, complementada com a conceptualização inspirada na teoria transacional de Jean Remy permitiu identificar “interfaces metodológicas e questões diversificadas de investigação” e aceder a uma gama rica e diversificada de objetos empíricos de investigação.

Na construção do estatuto das cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco contextualizadas em territórios de baixa densidade, intervém uma miríade de articulações, umas associadas às idiosincrasias dos agentes locais, outras relações exógenas nas quais situamos a função de intermediação que desenvolvem combinando o urbano com dimensões dos espaços rurais. A intermediação urbano-rural é interessante para explorar todo um leque de gradações, intersecções e transações sociais entre urbanidade e ruralidade, permitindo entrelaçando a abordagem num mesmo esquema teórico-analítico, como aquele que a “transação social” oferece.

Temos como fundamental refletir a perspetiva que privilegia o papel dos atores, do adensamento das suas relações, marcadas por comportamentos de copresença, e da capacidade de gestão de fluxos, de múltiplas naturezas, geradores de ganhos de dimensão, e que seja seguido um esquema teórico-analítico de orientação compreensiva como o que nos é proposto pela epistemologia Remyana, considerando o efeito de escala desta tipologia de cidades, ou como as dimensões temáticas específicas privilegiadas na análise, se apresentam como quadros de observação e análise de modalidades de transação social.

Orientação Bibliográfica

- ANMP, *Associação Nacional de Municípios Portugueses*. Obtido em: www.anmp.pt
- Battaglia, M., Certomà, C., & Frey, M. (2015). Rethinking Attractiveness. The Transformation of Tangible and Intangible Factors in Post-Rural Areas. *UNISCAPE-En Route*, 1(2): 211-218.
- Bell, D., & Jayne, M. (2006). *Small Cities. Urban experience beyond the metropolis*. New York: Routledge.
- Bento, R., Guedes, A., & Ramos, L. (2021). A New Methodology for Low-density Definition and Its Effect on Tourism Development Analysis: The Case of Portugal. In: Marques, R.P., Melo, A.I., Natário, M.M., Biscaia, R. (eds) *The Impact of Tourist Activities on Low-Density Territories. Tourism, Hospitality & Event Management*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-65524-2_1
- Bosch, H. (2017). If smart city is the solution, what was the problem? <http://smartcityhub.com/governance-economy/if-smart-city-is-the-solution-what-was-the-problem/>
- Couto, A. (2014). Economia e cidades criativas em regiões de baixa densidade: reexame e implicações de política pública (pp. 105-116). In G. Baudin & D. Vaz (Orgs). *Transação Territorial: Novas Relações Cidade-Campo*. Húmus, V. Nova Famalicão.
- Covas, A. (2021). *Transição digital e inteligência coletiva territorial*. Lisboa: Edições Silabo.
- Direção Geral do Território. (2019). *PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (Lisboa: DGT. Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro Diário da República n.º 170/2019)
- Donadio, T. (2020). Repensar a cidade inteligente ou voltar ao “antigo normal”? Uma reflexão sobre o caso de Lisboa no contexto da Covid-19. *Revista FINISTERRA*, LV (115): 121-126.
- Ferrão, J. (2018). Despovoamento em áreas rurais: entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. *Cadernos de Análise e Prospectiva CULTIVAR*. (11): 13-19.
- Harvey, D. (2020). Anti-Capitalist Politics in the Time of COVID-19. *Jacobin*. Retrieved from <https://jacobin-mag.com/2020/03/david-harveycoronavirus-political-economy-disruptions>
- Latour, B. (2020). Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise [Imagine gestures that stop the return of pre-crisis production]. *AOC-Média*. Retrieved from http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PO_RTUGAIS_2.pdf
- Lifschitz, J. (2016). “Entrevistas: João Ferrão”. In *A presença dos ausentes: identidades arcaicas em cenários contemporâneos*, 63-87. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora.
- Mela, A. (1999), *A Sociologia das Cidades*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Patrício, C. (2017). Governmentality and Utopicity: a Critique of Smart Cities. http://www.encontrociencia.pt/files/A4_51400_s4_2_Catarina%20Patr%DDcio_Co_@.pdf
- Rémy, J., & Voyé, L. (1994). *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.
- Rémy, J. (2016). A Transação: Uma maneira de fazer sociologia. Entrevista a Jean Rémy por Jean Foucart para a revista *Pensée plurielle*, 2013. In J. Rémy & L. Voyé, *Espaços e Transações Sociais* (pp. 123–148). Montes Claros: Editora Unimontes.
- Rémy, J. (2022). Introdução: cidades intermediárias, participação e transações sociais. In A. Dimas & D. Vaz (Orgs.) *Cidades: Escalas e transações* (pp. 24-38). Coleção Navegar é preciso, Húmus: V. N. Famalicão
- Schonardie, E. F.; Bedin, A. G., & March, L. M. (2022). Cidades, tecnologias e sustentabilidade: uma análise sobre as chamadas smart city e as suas possíveis contribuições para as transformações do mundo atual. In A. Dimas & D. Vaz (Orgs.) *Cidades: Escalas e transações* (pp. 193-217). Coleção Navegar é preciso, Húmus: V. N. Famalicão.
- Silva, L. (2014). *Património, ruralidade e turismo: Etnografias de Portugal Continental e Açores*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Urry J. (2001). *Sociologie des mobilités. De nouvelles frontières pour la sociologie ?*, Paris: Armand Colin.

Vaz, D. (2022). Cidades intermediárias e transação social. A Beira Interior entre as cidades e as serras. In A. Dimas & D. Vaz (Orgs.) *Cidades: Escalas e transações* (pp. 105-126). Coleção Navegar é preciso, Húmus: V. N. Famação

Vaz, D., & Lalana, J. L. (2020). Landscape and post-rurality in a European borderland. The Raia Central Ibérica. *European Planning Studies*, 28:4, 691-712.

Vaz, D., & Nofre, J. (2018). Conhecimento, criatividade e novas dinâmicas urbanas: repensar os territórios de baixa densidade em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (49), 77-88

Vaz, D. (2013). Reestruturação territorial e mobilidade em contexto de baixa densidade: A região da Beira Interior em Portugal. *Revista Configurações*, CICS-UM (11): 25-42.

Zhifei, L. I., Jinchao, W. U., & Chenchen, Z. H. A. N. G. (2021). From Rurality to Post Rurality: Theoretical Prospects of Rural Tourism. *Tourism and Hospitality Prospects*, 5(6), 24.